

A rosca sem fim

A dívida brasileira subiu de US\$ 55 bilhões, em 1979, para US\$ 111 bilhões, em 1986. O que será que o Brasil andou fazendo com esse crédito novo, do tamanho de US\$ 56 bilhões? A economia caiu na recessão, de 1981 a 1984. O setor público não lançou nenhum projeto novo, mal conseguiu tocar as obras em andamento. Algumas, de grande envergadura, foram simplesmente desativadas, tais como o Programa Nuclear e a Ferrovia do Aço.

Onde foi parar aquela injeção de US\$ 56 bilhões?

Matematicamente falando, essa portentosa massa de poupança alheia nem chegou a tomar os ares do Brasil. Ela mal passou de um recurso escritural, simples ficção contábil, porque literalmente pulverizada pelo serviço da dívida. Uma dívida contratada para o pagamento dos encargos da dívida antiga e da própria dívida nova. E aqui vai a prova do crime: de janeiro de 1980 a dezembro de 1986, no curso de apenas sete anos, o Brasil teve de pagar, só de juros, a soma devastadora de US\$ 66 bilhões. Ou seja: nos anos 80, a dívida adicional de US\$ 56 bilhões não cobriu sequer o pagamento dos juros de US\$ 66 bilhões.

Um endividamento tipo rosca-sem-fim.

Dívida eterna

De fato, o X da dívida externa está exatamente no X da própria: é uma dívida eterna e não apenas externa. Não se trata mais de fazer comparação entre o tamanho da represa (o capital) e o curso do rio (os juros), por dentro dela. Ou de comparar, idiotamente, a estrada de 56 quilômetros de extensão com a velocidade de 66 quilômetros por hora. Simplesmente a massa de juros ficou acima da nossa capacidade de pagá-los — sem contar a amortização do principal e a importação de bens e serviços em geral.

Ainda nos sete sofridos exercícios da década de 80, o Brasil teve de pagar, só nas compras externas de petróleo, uma fatura acumulada de US\$ 52,4 bilhões. Na soma dos juros com os barris, tivemos de remeter, com casca e tudo, em apenas sete anos, nada menos de US\$ 118,4 bilhões, cerca de US\$ 16,9 bilhões por ano. A remessa mais pesada aconteceu em 1982, com exatos US\$ 21 bilhões, dos quais US\$ 11,3 bilhões de juros. A mais suave deu-se no ano passado, com US\$ 12,2 bilhões, petróleo entrando com apenas US\$ 2,9 bilhões.

O jugo cambial

Dívida externa só pode ser paga em dólares (ou na moeda

forte do credor). E a Casa da Moeda do Brasil não se atreve a emitir dólares.

A única maneira de fazer dólares para o pagamento da dívida está no saldo comercial a qualquer preço — na impossibilidade que tem o país ainda não-desenvolvido em formar superávits na conta de serviços. E para fazer saldo comercial, a receita é leonina: vender cada vez mais e comprar cada vez menos.

Acontece que vender cada vez mais não é para quem quer, só para quem pode, só para quem sabe. A economia interna deve ser extremamente competitiva, diversificada, saudável. Ora, quem se obriga a fazer saldo comercial a qualquer preço, por exigência do serviço não programável da dívida sobressaltada por juros de mercado, dispõe de uma economia bem pouco saudável. A produção forçada de divisas patrocina prejuízos econômicos: a ordem é vender abaixo do custo, se preciso.

Enxugando gelo

Nos últimos sete anos, os saldos anuais totalizaram US\$ 42,1 bilhões (já incluídos os gastos com petróleo), abaixo da remessa total de juros no mesmo período (US\$ 66 bilhões). As reservas cambiais foram mantidas no grito, por exigência de uma ficha cadastral de importância duvidosa. Em 1983, no pico do colapso de fora para dentro, as reservas mais que zeraram, ficando US\$ 1,5 bilhão no vermelho.

O próprio saldo comercial teve de ser construído a golpes de subsídios, com o contribuinte do país devedor subvencionando o consumidor do país credor. Caso do açúcar, a vergonha da década. País rico só produz quando dá lucro. País endividado em dólar obriga-se a trabalhar com prejuízo, chantagem silenciosa da dívida em dólar.

O saldo comercial, assim formado, não é saudável, é apenas um mal necessário. Até porque, ele supõe o controle furioso das importações, sobretaxando as compras do supérfluo e até do essencial, inflacionando ainda mais a economia do endividado. E a substituição de importações reclama certos projetos financiados por dívida externa...

Baixaria final

O triste, nisso tudo, é que os países credores levantam barreiras na recepção de exportações dos países devedores. O protecionismo comercial de americanos e europeus não faz distinção entre o Brasil devedor e deficitário e o Japão credor e superavitário.

Se somos incompetentes, eles são muito pouco inteligentes.